



## IDÉIAS E PROPOSTAS PARA A EDUCAÇÃO BRASILEIRA PLANO DE DESENVOLVIMENTO DE EDUCAÇÃO – PDE<sup>1</sup>

### 1. INTRODUÇÃO

Sou presidente da Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior (ABMES) – entidade privada, sem fins lucrativos, composta por 382 entidades mantenedoras e 570 mantidas – e reitor da Universidade Anhembi Morumbi, em São Paulo.

Conheço muito bem os problemas do ensino superior brasileiro e, em menor escala, pela minha própria experiência pessoal, aqueles referentes à educação básica. Mas, por meio de minhas leituras e pesquisas, busco manter-me informado sobre as dificuldades enfrentadas pelo ensino básico no Brasil.

Preparei-me para prestar o meu depoimento como um cidadão brasileiro sensibilizado e honrado com o convite da Comissão de Educação do Senado, presidida pelo Senador Cristovam Buarque, que defende fortemente a idéia de se assegurar uma educação básica de qualidade antes de se pensar na reforma universitária.

Diz ele: – “a reforma da universidade não será ética nem eficiente se for feita antes da reforma do ensino básico (...)”. Nesse sentido, todos precisam estar conscientes de um grande desafio que têm pela frente: ter uma educação básica compatível com as exigências da demanda de conhecimento do mundo moderno.

A sociedade em geral, a comunidade acadêmica e os órgãos governamentais sabem que são alarmantes os dados que mostram a ineficiência do ensino básico no Brasil. (Ver anexo).

---

<sup>1</sup> Texto apresentado por **Gabriel Mario Rodrigues**, presidente da Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior (ABMES) e reitor da Universidade Anhembi Morumbi, no Ciclo de Audiências Públicas – *Idéias e Propostas para a Educação Brasileira. Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE)*, promovido pela Comissão de Educação do Senado Federal. Brasília, 7 de agosto de 2007.

A experiência nos mostra que os indivíduos que compõem a nossa sociedade, por razões culturais, econômicas e sociais ou pela própria formação, demonstram em geral pouca preocupação (ou nenhuma) para refletir sobre o que está ocorrendo a sua volta. Suas reações mais contundentes afloram em momentos de caos e catástrofes, como foi o caso do acidente aéreo ocorrido semanas atrás. Passados os momentos de comoção do desastre, tudo volta ao normal e ninguém mais fala do assunto. Uma cortina de fumaça encobre as falhas e erros das empresas e dos organismos encarregados pela segurança do transporte aéreo.

Assim, questão central é “como” criar uma consciência nacional capaz de apresentar alternativas de solução para a educação básica.

Para tanto, será preciso unir empresas, organismos sociais, religiosos e desportivos, meios de comunicação, sociedade, universidade e governo, para que todos acreditem que o desenvolvimento brasileiro só acontecerá quando houver uma forte determinação política, especialmente focada numa educação básica que possibilite ao aluno, um aprendizado capaz de lhe assegurar uma educação continuada.

### **O Plano de Desenvolvimento da Educação**

O ministro da Educação Fernando Haddad anunciou no dia 15 de março de 2007 as principais medidas do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) que priorizam a educação básica. Sobre o Plano, passo a fazer algumas considerações.

Em primeiro lugar, considero o PDE um dos instrumentos para resolver, a longo prazo, este problema à medida que:

- a) prevê ações em todas as fases do ensino formal, das creches à pós-graduação;
- b) cria indicadores de qualidade que combinam desempenho em provas com dados de repetência e evasão;
- c) prioriza a educação básica;
- d) pretende investir na formação e na melhoria das condições de trabalho do professor.

Expresso porém minhas preocupações sobre o PDE, considerando que ele :

- a) é ambicioso e factível, se politicamente apoiado;
- b) tem um viés de expansão do ensino público;
- c) é reticente em relação ao ensino privado, que hoje é o grande contribuinte da educação superior.

Além disso, o PDE por si só não resolverá o problema em questão e nem poderá saldar a enorme dívida que o Brasil tem com a educação, se for apenas um projeto do governo federal. O PDE tem que ser um projeto de todos os brasileiros.

A ABMES manifestou ao MEC o seu desejo de colaborar na elaboração e na implementação do PDE. Transparece, porém, pelos encaminhamentos feitos, que a participação do setor privado foi relegada a um segundo plano na formulação e execução das ações.

Quero defender a idéia de que a participação da ABMES não seja marginal, e que a minha presença aqui hoje, como presidente da entidade, contribua para estabelecer os laços de confiança e de parceria entre o Poder Público e as instituições privadas.

Apenas para citar um exemplo recente da não-participação do setor privado, destaco o “Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação”, criado pelo Decreto n. 6.094, de 24 de abril de 2007, que deu impulso a uma grande mobilização nacional conhecida como a “Caravana da Educação”. Por meio dessa ação o MEC pretende contar com a colaboração e a adesão voluntária de municípios, Distrito Federal, Estados, além das famílias e da comunidade, mediante o desenvolvimento de programas e ações de assistência técnica e financeira que visem à melhoria da qualidade da educação básica.

O segmento do ensino superior privado não foi convocado para participar da “Caravana”. Com isso, o MEC deixa de atender a uma premissa importante – a de que o PDE “para ser de todos os brasileiros” tem de contar com a participação de todos os brasileiros, no qual se inclui o ensino superior privado.

## II – Questões

Feitas as considerações iniciais, passo a responder as questões formuladas pela Comissão de Educação do Senado.

### *1. Que ações tomar para que todas as crianças concluam o Ensino Básico no Brasil?*

Logo após o anúncio, e antes da implementação do PDE, a ABMES encaminhou ao MEC um conjunto de recomendações para a melhoria do ensino básico no Brasil<sup>2</sup> que, de forma sucinta, são as seguintes:

- a) **Colaboração federativa.** A eliminação das desigualdades regionais pressupõe a criação nos âmbitos local e regional das condições técnicas para a realização de tarefas de gestão e de execução das ações que irão integrar o PDE, e jamais de políticas centralizadoras em detrimento do federalismo cooperativo.
- b) **Aliança com a sociedade civil.** A positividade dessa atuação é mais que um reconhecimento das dificuldades e limitações do Estado, o que exige uma capacidade, cada vez maior, dos diferentes setores da sociedade, nos quais se inclui o setor privado, de interagir e integrar as suas ações com as do governo.
- c) **Necessidade de marcos jurídicos apropriados.** É condição para a concretização do PDE. Sem a superação da lentidão do processo legislativo brasileiro, das dificuldades de entrosamento dos entes federados, bem como das limitações e preconceitos na relação público-privada, podem persistir obstáculos à implementação do PDE.
- d) **Integração entre os níveis de ensino.** O PDE poderá contribuir para proporcionar maior integração e maior unidade à educação brasileira, como um todo. Ao universalizar o acesso à educação infantil, extirpar o analfabetismo, garantir a conclusão com qualidade do ensino fundamental, o PDE fortalecerá a expansão do ensino médio e contribuirá para uma maior equidade e integração do sistema educacional, repercutindo positivamente na formação profissional e universitária.
- e) **Necessidade de ação coordenada.** A ambiciosa dimensão do conjunto de medidas do PDE não poderá prescindir de uma visão sistêmica e do fortalecimento do MEC na sua capacidade de gestão, de articulação e de coordenação. Isso não deve significar ampliação da sua estrutura burocrática, mas a existência de efetivos mecanismos de participação e de responsabilização.

---

<sup>2</sup> O Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) revela que 60% das crianças da 4ª. série continuam analfabetas ou semi-analfabetas, o que demonstra os sérios problemas enfrentados pelo ensino público.

- f) **Adequação da estrutura organizacional do MEC.** Para gerenciar eficientemente a transformação pretendida pelo PDE, será necessário desobstruir as barreiras burocráticas que tornam o MEC uma máquina pesada, lenta e onerosa.
- g) **A questão crucial dos recursos.** A disponibilidade de recursos é o determinante dos limites para a sua abrangência e principal condicionante para o êxito do PDE. Como não há uma previsão clara da origem e dos quantitativos dos recursos necessários, o Plano pode correr o risco do descrédito e da exacerbação de conflitos no âmbito das administrações estaduais e municipais. Universalizar a cobertura e melhorar a qualidade do ensino oferecido a cerca de 56,5 milhões de estudantes da educação básica, distribuídos pelos 207 mil estabelecimentos de ensino do País, representará muito mais que o cumprimento de uma obrigação dos governos da União, dos Estados, dos Municípios e de toda a sociedade civil. Constituirá o passo mais decisivo para que o Brasil possa alcançar a condição de País desenvolvido em todas as suas dimensões.

## 2) O horário integral é uma condição para a Educação de qualidade?

A educação integral tem uma longa história no cenário educacional brasileiro, pois passa, obrigatoriamente, pelo estudo do pensamento educacional das décadas de 1920 e 1930, no qual se destaca a obra de Anísio Teixeira por sua significativa elaboração teórica e técnica, visando à ampliação das funções da escola (horário integral) e o seu fortalecimento como instituição.

Acreditando que o horário integral é condição para uma educação de qualidade, vemos com otimismo, mas com cautela, as iniciativas governamentais nessa área:

- a) Mesmo sem diretrizes claras sobre o ensino em dois turnos, a educação básica integral na rede pública passará a ter mais recursos a partir desse ano, isto é, o repasse de cotas – 25% maiores – do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb) para alunos matriculados no ensino fundamental e médio integrais, assim como no ensino médio profissionalizante.<sup>3</sup>
- b) Edição da Portaria Interministerial n. 17, de 24 de abril de 2007, que institui o “Programa mais Educação” que visa a fomentar a educação integral de crianças, adolescentes e jovens, por meio do apoio às atividades sócio-educativas no contraturno escolar.<sup>4</sup>

---

<sup>3</sup> Para se encaixar na categoria de ensino integral as escolas precisam obedecer a apenas dois critérios: ter carga horária de pelo menos seis horas diárias e oferecer atividades diferentes do currículo tradicional.

<sup>4</sup> Assinam o ato os ministros de Estado da Educação, Fernando Haddad, do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Patrus Ananias, dos Esportes, Orlando Silva e da Cultura, Gilberto Gil.

A falta de diretrizes nacionais para o desenvolvimento da educação integral traz preocupações. Maria Auxiliadora Rezende, presidente do Conselho Nacional de Secretários de Educação, citada por Gilberto Dimenstein (Folha Online, de 07-05-2007) observa que “só o tempo de escola não garante um ensino melhor”. Para ela, os setores interessados ainda têm de discutir a melhor forma de ampliar a permanência das crianças nas escolas. “Se a intenção é influenciar os resultados da nossa educação, é preciso montar uma nova proposta pedagógica, que inclua lazer e cultura, mas que também aumente a carga horária de português e de matemática, dentre outras medidas.

Antes de implantar o tempo integral ou o curso profissionalizante integrado ao ensino médio, os governos devem ainda treinar os funcionários e melhorar a infra-estrutura. Foi isso o que mostrou a experiência do Paraná que, desde 2004, oferece ensino profissionalizante integrado. “Para instalar os laboratórios e preparar docentes, é essencial discutirmos um financiamento”, disse também a Dimenstein a chefe do departamento de educação e trabalho do Estado, Sandra Garcia.

Concordo plenamente com Maria Auxiliadora e Sandra e com elas compartilho a preocupação sobre a necessidade de recursos e uma firme disposição política para que todas as escolas públicas no Brasil funcionem em tempo integral.

Mesmo considerando todas as dificuldades, sabemos que existem no Brasil escolas com tempo integral; grupos de pesquisadores que estudam e fazem um levantamento bibliográfico sobre o tema; seminários com a participação de estudiosos; criação de disciplinas específicas nos currículos dos cursos de pedagogia e mesmo cursos de gestão (*lato sensu*) para preparar gestores para esse tipo de ensino.<sup>5</sup>

O setor privado poderia apresentar uma valiosa colaboração qual seja a de juntar esforços com os grupos já existentes no Brasil e apresentar alternativas para a implantação e manutenção das escolas de tempo integral.

---

<sup>5</sup> A Universidade do Rio de Janeiro (Unirio) possui um núcleo de pesquisa e desenvolve uma série de ações sobre o tema educação integral.

3) *Como fazer para que todas as escolas do Brasil tenham boa qualidade e quantidade equivalente, independentemente de onde estiverem localizadas?*

Kierman Egan, em seu livro *A mente educada*, afirma:

“A educação é um dos maiores consumidores de dinheiro público no mundo ocidental e emprega uma força de trabalho maior que, praticamente, qualquer outro agente social. Os objetivos do sistema educacional – incrementar a competitividade das nações e auto-realização dos cidadãos – devem justificar o imenso investimento de dinheiro e energia despendidos. Apesar de todos estes esforços de recursos humanos e financeiros é difícil encontrar alguém fora ou dentro do sistema, satisfeito com o desempenho da atividade. Os diagnósticos da moléstia são tantos e os remédios recomendados tão variados que, nunca se chega a um consenso e a uma objetiva ação.”

Embora esta constatação esteja correta, nenhuma nação poderá vencer seus desafios e progredir se não considerar a Educação de seu povo como a grande meta a ser conquistada.

Em resposta a essa questão, eu diria que uma educação de qualidade implica, dentre outros aspectos em:

- a) Fortalecer as licenciaturas visando a preparar de forma adequada os professores que vão atuar na educação básica e garantir a formação continuada desses professores;
- b) Estabelecer um currículo adequado à realidade de cada escola, “de maneira a eliminar o absurdo da desigualdade na formação de nossas crianças, que hoje varia conforme a cidade onde estude o aluno e que é tão vergonhosamente pior com relação ao resto do mundo”. (Cristovam Buarque);
- c) Investir na comunicação e na produção audiovisual que valorizem a cultura, a música e os artistas brasileiros, que competem em desigualdade de condições com a produção estrangeira veiculada, em grande medida, no cinema, nos canais de televisão e nas escolas;
- d) Garantir um salário compatível com a importância do trabalho realizado pelos professores;<sup>6</sup>

---

<sup>6</sup> Tramita no Congresso Nacional o PL 619/2007 que regulamenta o artigo 60, inciso III, alínea “e”, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o piso salarial nacional de R\$ 850,00 (oitocentos e cinquenta reais) mensais, pela jornada de 40 horas semanais, para os profissionais do magistério público da educação básica.

- e) Ampliar os recursos federais para a educação básica de forma a garantir um perfil mínimo de instalações e equipamentos;
- f) Criar indicadores para a avaliação da educação básica bem como formar pessoal especializado para executar essa tarefa.

*4) Como fazer um Pacto Nacional de longa duração dos partidos, governos, empresários, professores, movimentos sociais, etc. em prol da educação?*

Face à gravidade da situação, o governo e a sociedade civil, precisam fortalecer alianças e unir suas forças para o estabelecimento de um pacto para vencer os desafios de dar ensino básico de qualidade para todas as crianças brasileiras.

Sabemos da existência de um grande número de movimentos no Brasil em prol da educação básica. Elencamos vinte e um deles. Mas devem existir muitos outros. São eles:

- a) **“Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação” (do governo)**. Criado pelo Decreto n. 6.094, de 24 de abril de 2007, que deu impulso a uma grande mobilização nacional, conhecida como a “Caravana da Educação”, que pretende contar com a colaboração e a adesão voluntária de municípios, Distrito Federal, Estados, além das famílias e da comunidade, mediante o desenvolvimento de programas e ações de assistência técnica e financeira que visem à melhoria da qualidade da educação básica.
- b) **“Todos pela Educação” (do setor privado)**. Criado por um grupo de lideranças da sociedade civil, da iniciativa privada em sintonia com órgãos do MEC, Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed) e União de Dirigentes Municipais de Educação (Umide), em 18 de agosto de 2006. O movimento conta com a participação do Pão de Açúcar, Fundação Itaú Social, Bradesco, Instituto Gerdau, Fundação Roberto Marinho, Fundação Educar, Instituto Itaú Cultural e Faça Parte, Instituto Ayrton Senna, dentre outros. Há ainda uma grande quantidade de adeptos entre educadores e líderes de organização do terceiro setor.<sup>7</sup>
- c) **“Educação Escolar Indígena”**. Comissão de professores Indígenas de Pernambuco composta por professores e lideranças indígenas de oito povos do estado de Pernambuco.
- d) **“Apoime”**. Entidade que representa os povos da região nordeste.

---

<sup>7</sup> Os programas 1 e 2 tem o mesmo nome mas não são o mesmo. O site do “Todos pela Educação” informa: “todos as prefeituras que fazem adesão ao Todos pela Educação devem também conhecer melhor o Programa de Metas Compromisso Todos pela Educação criado pelo Ministério da Educação”.

- e) **“Conspiração mineira pela melhoria da educação”**. Aliança entre as iniciativas pública, privada e terceiro setor.
- f) **“Por uma educação básica no campo”**. Educadores da área rural com o apoio da Universidade de Brasília, CNBB, Unesco e MST.
- g) **“Projeto Brasil 2022”**. Lançado em 2003 pelo Pensamento Nacional das Bases Empresariais (PNBE).
- h) **“Movimento Negro”**. Criado para atender à necessidade de transformações das relações interétnicas no Brasil.
- i) **Pela Justiça na Educação**. Propõe-se à qualificação técnica e mobilização dos cerca de 5.500 magistrados e promotores de todo o País. Programa patrocinado pelo MEC, por meio do FNDE e Fundescola, e o Ministério da Justiça, por meio da Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. Tem parcerias com a Unicef e o Instituto Ayrton Senna
- j) **“Movimento da Educação Popular”**. O Programa de Formação Continuada em Educação Popular do Fórum de Extensão, Cultura e Assuntos Estudantis Olívia Calábria tem parceria com entidade do Movimento Popular de Uberlândia.
- k) **Fórum Mundial de Educação” ( na mesma perspectiva do “Fórum Social Mundial”)**. Espaço democrático de debates de idéias, aprofundamento da reflexão, formulação de propostas, troca de experiências. Com uma rede permanente de mobilização mundial, constituída de movimentos sociais e organizações da sociedade civil e em articulação com outros fóruns de lutas, o FME está estruturado e organizado por meio de dois órgão principais: Conselho Internacional e Comitê Internacional.
- l) **“Universidade Solidária”**. Criada em 1995, a Unisol desempenha um papel fundamental na articulação de diversos atores em busca da melhoria da qualidade de vida de comunidades pobres.
- m) **“Missão Criança”**. Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip) não-governamental e sem fins lucrativos, criada pelo Senador Cristovam Buarque, voltada ao combate a todas as formas de pobreza e exclusão social, especialmente por investimentos na área da educação.
- n) **“Movimento Educação Já”**. Idealizado pelo Senador Cristovam Buarque, que já iniciou visitas para lançamento em vários estados brasileiros com passeatas, conferências, buscando envolver toda a sociedade.
- o) **“Movimento de Educação de Base”**. Organismo da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, constituído como sociedade civil de direito privado, sem fins lucrativos, com sede e foro no Distrito Federal que tem por missão a promoção integral, humana e cristã de jovens e adultos.

- p) **“Movimento Bahia pela Educação”** Parceria da Rede Bahia com a Fundação Roberto Marinho e que auxilia o projeto Todos pela Educação. Tem como objetivo contribuir para a melhoria das escolas públicas e estaduais de Salvador e sensibilizar a população quanto à importância de uma educação de qualidade para o desenvolvimento do Estado.
- q) **“Movimentos pré-vestibulares para negros e carentes”**. Cursos criados por meio de iniciativas comunitárias, baseados no voluntariado, em vários pontos da periferia e favelas da cidade do Rio de Janeiro.
- r) **“Valorização dos profissionais (professores e funcionários) da educação”**. Iniciativa da Secretaria da Educação Básica. Pela primeira vez, os funcionários de escolas recebem uma atenção especial do MEC.
- s) **“Campanha Nacional pelo Direito à Educação”**. Acompanhou e contribuiu para a criação do Fundeb criado pela Lei n. 11.494/2007 – a mais importante política de financiamento da educação pública na história recente do País. A Campanha continuará cumprindo seu papel cidadão de luta pelo direito a uma educação pública de qualidade a todos os brasileiros. A estratégia é a interlocução livre e crítica. O objetivo é a luta pelo avanço no cumprimento das metas do Plano Nacional de Educação, uma responsabilidade do Estado e de toda a sociedade brasileira.
- t) **“Melhoria da qualidade da Educação Básica”**. Faz parte das metas do Núcleo de Assuntos Estratégicos da Presidência da República.
- u) **“Quero + Brasil”**. Proposta surgida na semana passada que visa a obter apoio popular para exigir dos políticos algumas das reformas de que o nosso País precisa. Apoiam o movimento 150 entidades das mais variadas (como OAB, FIESP, Força Sindical, etc.) e o conselho é formado por pessoas como Bernardinho, Viviane Senna, Jorge Gerdau e outros. No entanto, todo o trabalho feito até agora, e todo o apoio que a mídia se comprometeu a dar, só será transformado em pressão positiva se o povo brasileiro assim o desejar. ([www.queromaisbrasil.com.br](http://www.queromaisbrasil.com.br))

Considerando esse contexto, será preciso romper com a nossa tradição de realizar ações desarticuladas, originadas tanto do governo quanto da sociedade civil, cujos objetivos são os mesmos. Para tanto, recomendo a/o:

- a) Constituição de uma aliança e definição de um organismo gestor;
- b) Comunicação à sociedade dos objetivos da aliança e estabelecimento de um plano estratégico de ação;
- c) Adequação da estrutura organizacional para implantação dos planos de gestão, metas, execução e acompanhamento;
- d) Disponibilização de recursos e incentivos;

- e) Desenvolvimento de um plano de avaliação;
- f) Estabelecimento de cronogramas e prazos.

Além dessas considerações, será necessário um sistema de comunicação adequado para estabelecer, da melhor maneira, todos os vínculos entre elas. Não há como separá-las – precisam caminhar juntos.

A importância da comunicação é fundamental porque estamos tratando de criar uma aliança entre governo e sociedade. Sem comunicação adequada, não avançaremos.

*5. Quais as vantagens e desvantagens da criação de um Ministério específico para a educação básica?*

Quando comecei a pensar sobre as questões elaboradas pela Comissão de Educação do Senado, e mais especificamente sobre esta, pensei em expressar, simplesmente, que a criação de um ministério específico para a educação básica poderia contribuir para resolver todos os seus problemas. Porém, depois de meditar bastante, posso afirmar, que somente com uma prioridade de governo politicamente estabelecida, com um plano de ação apropriado, com o apoio de toda a sociedade e com uma gestão técnica profissionalizada. é que o País será capaz de vencer o desafio de propiciar educação de qualidade às nossas crianças.

Se todos estes condicionantes existirem, então sim, acredito na validade de um Ministério totalmente orientado para a Educação Básica.

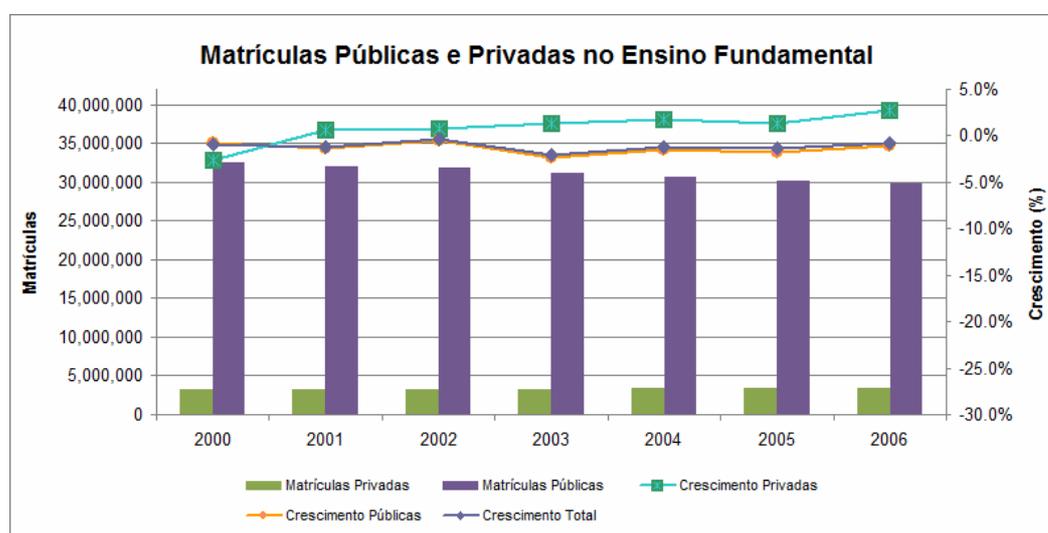
Brasília, 7 de agosto de 2007.

**Gabriel Mario Rodrigues**

Presidente da ABMES

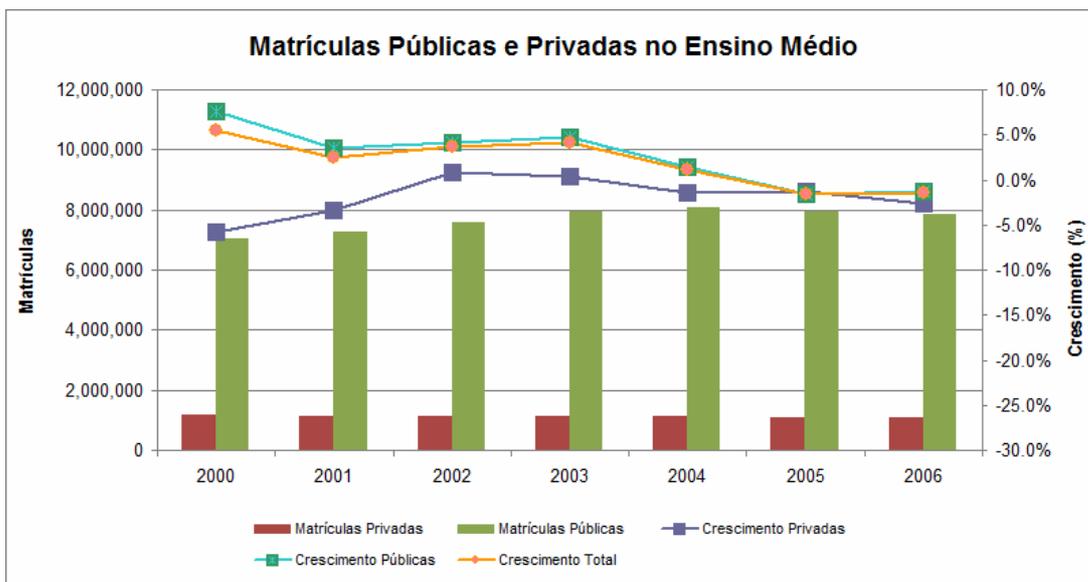
## Comportamento Recente do Ensino Fundamental e Médio

### Matrículas e Crescimento: Ensino Fundamental



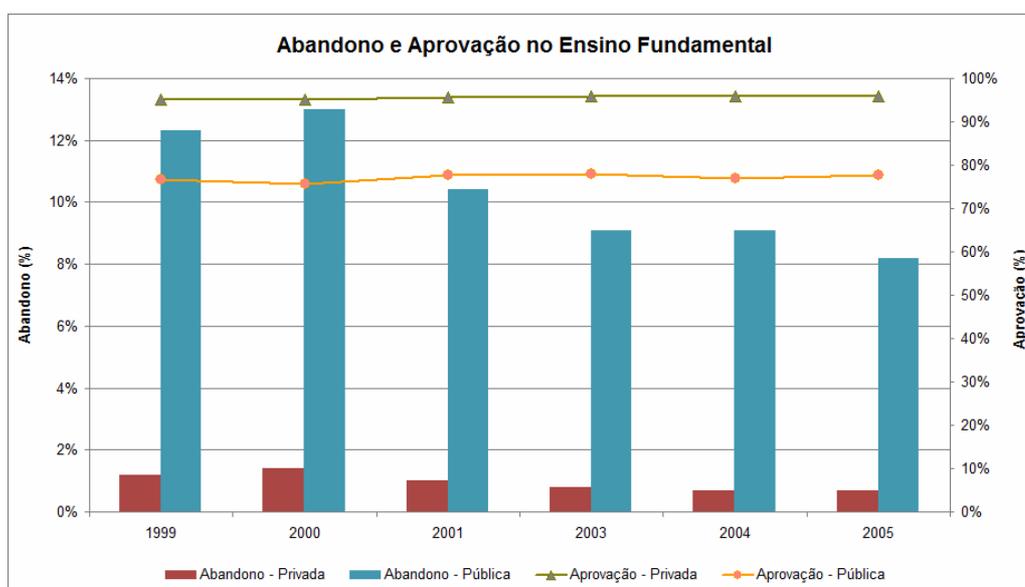
- Crescimento Positivo pequeno tem acontecido apenas no setor privado
- Matrículas no Setor Público, ligeiramente decrescentes
- Como Setor Privado é 10% do Público, matrículas totais têm decrescido acompanhando as escolas públicas

# Matrículas e Crescimento: Ensino Médio



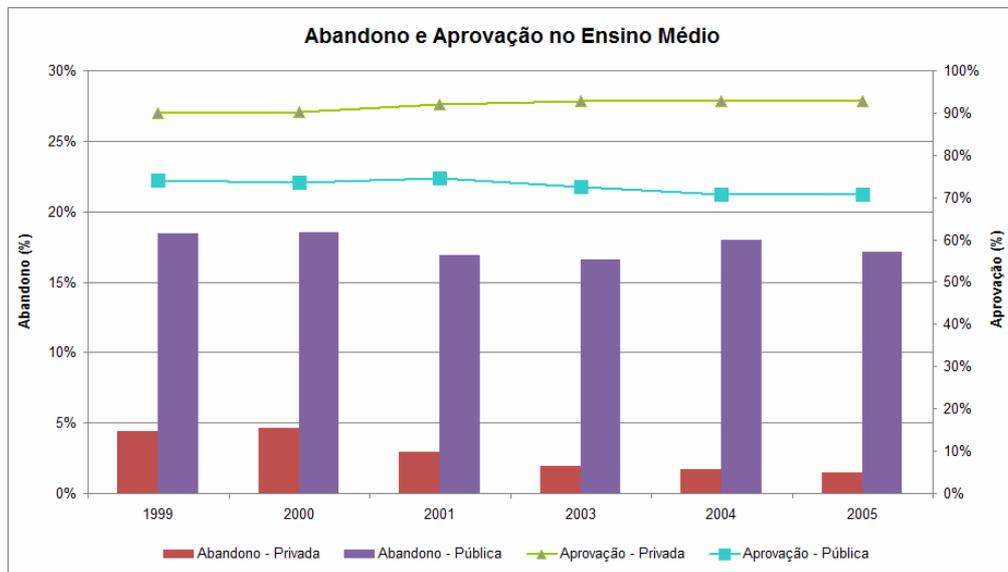
- Matrículas no Setor Público decrescendo nos últimos dois anos aproximadamente 1.5%
- Matrículas no Setor Privado decrescem a taxas de aproximadamente 2.5%
- Crescimento Total também é negativo
- Boom dos anos 90 definitivamente se extinguiu, e últimos anos têm mostrado involução

# Aprovação e Abandono: Ensino Fundamental



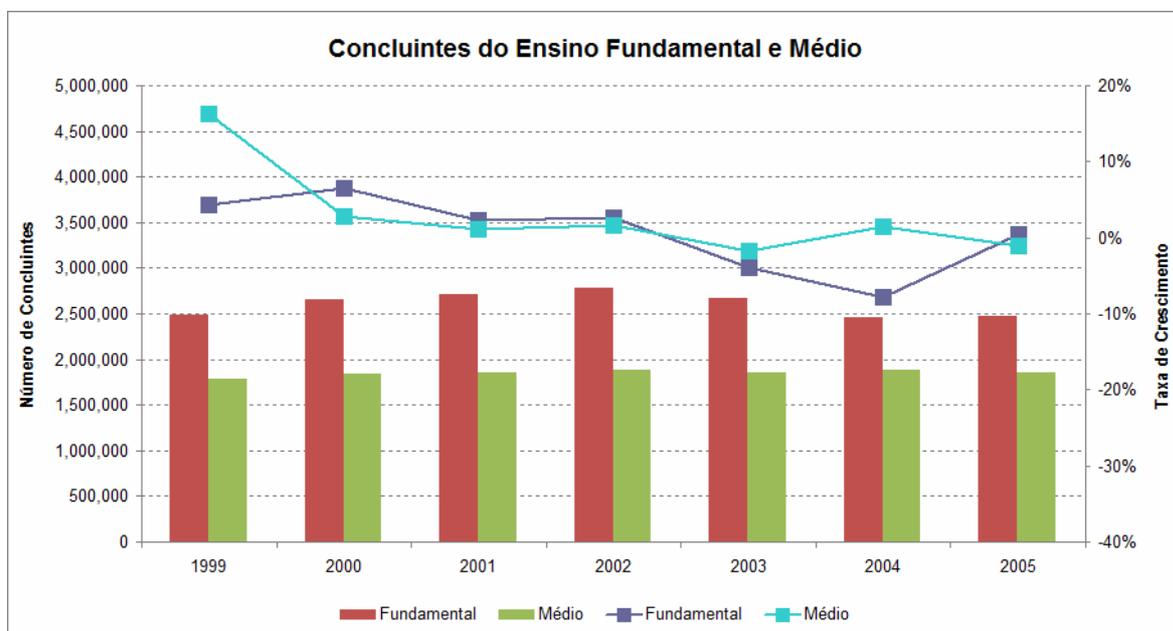
- Enquanto a Aprovação no setor privado supera os 95%, no Público, não chega a 80%, quase 20% abaixo
- Abandono tanto nas escolas públicas quanto privadas vem caindo, porém com destaque para as públicas

# Aprovação e Abandono: Ensino Médio



- Aprovação nas escolas privadas tem crescido consistentemente, e é da ordem de 93%, enquanto decresce nas escolas públicas, situando-se em 71%
- Enquanto o abandono cai nas escolas privadas, estando na ordem de 2%, nas escolas públicas ele mantém-se estável em 17%

## Concluintes



- A tendência final vem sendo de queda nos concluintes de ensino fundamental, exceto pelo último ano disponível (2005)
- Ensino Médio mostra-se estável ao longo do tempo